

# CURSO DE DIREITO DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

*Reitor*  
*Vice-reitor*

Vahan Agopyan  
Antonio Carlos Hernandez



EDITORA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

*Diretor-presidente*

Lucas Antonio Moscato

*Presidente*  
*Vice-presidente*

COMISSÃO EDITORIAL  
Rubens Ricupero  
Valeria De Marco  
Carlos Alberto Ferreira Martins  
Clodoaldo Grotta Ragazzo  
Maria Angela Faggin Pereira Leite  
Ricardo Pinto da Rocha  
Tânia Tomé Martins de Castro  
José Roberto Castilho Piqueira  
Marta Maria Gerales Teixeira  
Sandra Reimão

*Editora-assistente*  
*Chefe Div. Editorial*

Carla Fernanda Fontana  
Cristiane Silvestrin

# CURSO DE DIREITO DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA

BASES, DIREITOS FUNDAMENTAIS, POLÍTICAS  
PÚBLICAS E MEDIDAS PROTETIVAS

Claudio do Prado Amaral

Copyright © 2020 by Claudio do Prado Amaral

Direitos reservados à

Edusp – Editora da Universidade de São Paulo  
Rua da Praça do Relógio, 109-A, Cidade Universitária  
05508-050 – São Paulo – SP – Brasil  
Divisão Comercial: tel. (11) 3091-4008 / 3091-4150  
[www.edusp.com.br](http://www.edusp.com.br) – e-mail: [edusp@usp.br](mailto:edusp@usp.br)

Printed in Brazil 2020

Foi feito o depósito legal

## SUMÁRIO

Agradecimentos .....	19
Introdução.....	21
Prefácio.....	27
Abreviaturas e Denominações de Leis.....	29
 PARTE I – BASES DO DIREITO DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA .....	 33
1. Surgimento e desenvolvimento .....	35
1.1. As Normas Internacionais .....	35
1.1.1. Normas Internacionais Gerais para a Infância e Juventude.....	36
1.1.2. Normas Internacionais de Caráter Socioeducativo .....	39
1.1.3. Normas Internacionais sobre Temas Específicos.....	45
1.1.4. Normas Internacionais Regionais .....	47
1.1.5. Normas Humanitárias .....	47
1.2. A Normatividade Contemporânea: O Sistema Jurídico da Infância e de Juventude e os Subsistemas Protetivo e Socioeducativo.....	49
 2. O Desenvolvimento do Direito da Infância e da Adolescência no Brasil .....	 53
2.1. A Fase do Não Reconhecimento.....	53
2.2. A Fase da Percepção da Situação Jurídica de Crianças e Adolescentes....	55
2.2.1. A Ação Assistencial-caritativa.....	56
2.2.2. Tratamento Penal Indiferenciado.....	56

2.2.3. Crianças Escravizadas: Índias e Negras.....	57
2.2.4. A Transição para a Fase Tutelar.....	59
2.3. A Fase Tutelar .....	60
2.3.1. O Código de 1927.....	61
2.3.2. O Código de 1979.....	65
2.4. A Fase Garantista .....	67
3. Interpretação do Direito da Infância e da Juventude.....	75
3.1. Método Teleológico de Interpretação e Direito da Infância e da Juventude.....	76
3.2. Os Fins Sociais do Direito da Infância e da Juventude.....	78
3.3. A Proteção Integral .....	80
3.3.1. Fundamentos da Doutrina da Proteção Integral .....	80
3.3.2. Natureza da Proteção Integral .....	83
3.4. Condição Peculiar de Pessoa em Desenvolvimento .....	83
3.5. Vulnerabilidade.....	85
3.6. As Exigências do Bem Comum .....	86
3.7. Direitos e Deveres Individuais e Coletivos.....	90
3.7.1. A Inclusão nos Direitos Fundamentais em Expansão.....	90
3.7.2. Crianças e Adolescentes como Sujeitos de Direitos.....	91
3.8. Interdisciplinaridade .....	92
4. Os Princípios Gerais do Direito da Infância e da Juventude .....	97
4.1. As Divisões do Direito da Infância e da Adolescência .....	97
4.1.1. Direito Protetivo em Sentido Amplo e em Sentido Estrito.....	98
4.1.2. O Direito Socioeducativo.....	99
4.1.3. Direito Repressivo da Infância e Juventude.....	100
4.2. A Principiologia Adequada para o Direito da Infância e da Juventude.....	100
4.3. O <i>Status</i> de Sujeito de Direitos: Pressuposto para a Aplicação dos Princípios.....	102
4.4. Princípio da Proteção Integral .....	103
4.5. Princípio do Interesse Superior da Criança e do Adolescente .....	104
4.6. Princípio de Prioridade Absoluta.....	106
4.6.1. O Tempo e a Prioridade Absoluta.....	107
4.6.2. Tempo Adulto e Tempo Infante-adolescente .....	108
4.6.3. Prioridade Absoluta e o Princípio da Razoável Duração do Processo.....	110
4.7. Princípio da Condição Peculiar de Pessoa em Desenvolvimento .....	111
4.7.1. Conteúdo .....	111
4.7.2. O Desenvolvimento Integral .....	112
4.8. Princípio de Efetividade.....	114

4.9.	Princípio de Prevenção .....	115
4.9.1.	Risco .....	116
4.9.2.	O Risco e sua Avaliação para Crianças e Adolescentes .....	116
4.9.3.	Prevenção e Prevenção .....	118
5.	Sujeitos Protegidos no Direito da Infância e da Juventude.....	125
5.1.	Criança e Adolescente.....	126
5.2.	Os Jovens entre 18 e 21 Anos de Idade .....	127
5.3.	A Criança na Primeira Infância.....	128
5.4.	Proteções Jurídicas Especiais .....	129
5.4.1.	Crianças e Adolescentes com Deficiência .....	130
5.4.2.	Adolescente Trabalhador e Trabalho Infantil.....	131
5.4.3.	Adolescente que Praticou Ato Infracional .....	135
5.4.4.	Criança e Adolescente Vítimas e Testemunhas de Violência.....	137
5.4.5.	Criança e Adolescente em Acolhimento Institucional .....	138
5.4.6.	Criança e Adolescente Expostos a Entorpecente e Drogas Afins.....	138
6.	Entidades Protetoras no Direito da Infância e da Adolescência.....	145
6.1.	As Entidades Protetoras na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente .....	145
6.2.	Família .....	146
6.2.1.	Tipos de Família no Estatuto da Criança e do Adolescente .....	147
6.2.2.	O Poder Familiar: um Poder-dever-função Protetivo.....	151
6.2.3.	A Proteção Especial para a Família .....	156
6.2.4.	Agentes Protetores e Protegidos na Família .....	157
6.3.	Sociedade em Geral.....	169
6.3.1.	Mulheres .....	170
6.4.	Comunidade.....	172
6.4.1.	A Família Como Comunidade .....	173
6.4.2.	Comunidades Indígenas e Remanescentes de Quilombos.....	173
6.4.3.	A Comunidade e a Medida Socioeducativa .....	174
6.4.4.	Programas de Acolhimento Familiar ou Institucional e Comunidade .....	176
6.4.5.	Grupos Comunitários de Apoio.....	177
6.5.	Poder Público e Sistema de Justiça.....	177
6.5.1.	Poder Judiciário: A Justiça da Infância e da Juventude.....	179
6.5.2.	Ministério Público .....	192
6.5.3.	Advogado .....	200
6.5.4.	Defensorias Públicas.....	201
6.5.5.	Polícias.....	203
6.5.6.	Autoridades Centrais.....	204

7. Agentes Protetores Políticos .....	211
7.1. O Conselho Tutelar .....	212
7.1.1. O Funcionamento do Conselho Tutelar .....	213
7.1.2. O Conselheiro e a Formação do Conselho .....	213
7.1.3. Os Deveres Protetivos Específicos do Conselho Tutelar.....	218
7.1.4. A Perda do Cargo e a Suspensão das Funções de Conselheiro..	230
7.2. Os Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente (CDCAs).....	231
7.3. Entidades de Atendimento .....	233
7.3.1. Dirigentes e Agentes das Entidades de Atendimento.....	235
7.3.2. Os Poderes Emergenciais de Acolhimento das Entidades de Acolhimento Institucional .....	237
 PARTE II – DIREITOS FUNDAMENTAIS.....	241
8. Direito Fundamental à Vida e à Saúde .....	245
8.1. Proteção Antecipada à Vida e à Saúde: Direito Fundamental à Gestação Humanizada e Saudável.....	245
8.2. Direito ao Parto Humanizado .....	246
8.3. Direito à Vida e à Saúde do Recém-nascido .....	247
8.4. Direito ao Registro e às Informações de Saúde.....	247
8.5. Direito à Efetividade.....	248
8.6. Direito à Vida e à Saúde e Direito à Convivência .....	249
8.7. Direito a Não Sofrer e Estar a Salvo de Qualquer Forma de Violência.....	250
8.7.1. Os Tipos de Violência.....	251
8.7.2. Os Direitos e Garantias Previstos na Lei nº 13.431/2017.....	252
8.7.3. Revitimização .....	254
8.7.4. Revelação da Violência .....	256
8.7.5. Escuta Especializada e Depoimento Especial .....	257
8.7.6. A Lei nº 13.431/2017: Crítica .....	266
8.7.7. Dever de Notificação Obrigatória.....	266
8.8. Saúde e Prevenção.....	267
8.8.1. Saúde Preventiva .....	267
8.8.2. Saúde Preventiva e Direito da Infância e da Adolescência .....	269
 9. Direito Fundamental à Alimentação.....	00
9.1. Direito ao Aleitamento Materno .....	00
9.2. Alimentação na Infância .....	00
9.3. Alimentação na Adolescência.....	00
9.4. Alimentação: Um Direito Fundamental Incompreendido e sem Planejamento.....	00
9.5. Incumbência.....	00



10. Direitos Fundamentais à Liberdade, ao Respeito e à Dignidade.....	00
10.1. Direito Fundamental à Liberdade.....	00
10.1.2. Direito à Opinião e à Expressão .....	00
10.1.3. Crença e Culto Religioso .....	00
10.1.4. Brincar, Praticar Esportes e Divertir-se .....	00
10.1.5. Participar da Vida Familiar e Comunitária, sem Discriminação ...	00
10.1.6. Participar da Vida Política, na Forma da Lei.....	00
10.1.7. Buscar Refúgio, Auxílio e Orientação .....	00
10.2. Direitos Fundamentais ao Respeito e à Dignidade .....	00
10.2.1. Os Direitos Fundamentais ao Respeito e à Dignidade no ECA e na Lei nº 13.431/2017 .....	00
10.2.2. Respeito, Dignidade e Direito a ser Educado e Cuidado sem Violência.....	00
10.2.3. Consequências .....	00
10.3. Liberdade, Respeito, Dignidade e Ponderação de Interesses .....	00
10.4. Direito Fundamental à Igualdade .....	00
11. Direito Fundamental à Convivência Familiar e Comunitária.....	00
11.1. Princípios.....	00
11.1.1. Princípio da Preferência da Família da Criança ou do Adolescente .....	00
11.1.2. Princípio da Excepcionalidade da Convivência em Família Substituta.....	00
11.1.3. Princípio da Prevalência da Família Natural .....	00
11.2. Ultraexcepcionalidade do Afastamento do Convívio Familiar .....	00
11.3. Direito à Convivência Familiar e Privação de Liberdade.....	00
11.4. O Reconhecimento do Estado de Filiação .....	00
11.5. Direito à Convivência Comunitária.....	00
12. Direito Fundamental à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer .....	00
12.1. Educação Escolar .....	00
12.1.1. Normas Jurídicas Regentes da Educação Escolar .....	00
12.1.2. A Efetividade das Normas Jurídicas sobre Direito Fundamental à Educação .....	00
12.1.3. Do Princípio de Colaboração dos Entes Federados.....	00
12.2. Cultura, Esporte e Lazer .....	00
12.3. Educação Especial.....	00
12.3.1. Educação Escolar Especial.....	00
12.3.2. Crianças e Adolescentes com Deficiência e Sistema Educativo Inclusivo .....	00

13. Direito Fundamental à Profissionalização e ao Trabalho Protegido .....	00
13.1. Proibição de Relação de Trabalho Antes dos 16 Anos.....	00
13.2. Os Tipos de Trabalhos Proibidos aos Adolescentes .....	00
13.3. Consequências do Trabalho Ilegal ou Proibido.....	00
13.4. A Jornada de Trabalho do Adolescente.....	00
13.5. Da Capacidade, Fiscalização e Extinção da Relação de Trabalho.....	00
13.6. O Adolescente Trabalhador com Deficiência .....	00
13.7. Programa Social Baseado no Trabalho Educativo .....	00
13.8. O Trabalho Artístico Infanto-adolescente .....	00
13.9. Atletas Infanto-juvenis .....	00
14. Direito Fundamental à Prevenção .....	00
14.1. Prevenção em Tema de Informação, Cultura, Lazer, Esportes, Diversões e Espetáculos.....	00
14.2. Os Conteúdos na Internet .....	00
14.3. Dos Produtos e Serviços.....	00
14.4. Da Autorização para Viajar .....	00
PARTE III – POLÍTICAS PÚBLICAS .....	00
15. Aspectos Gerais das Políticas Públicas para a Infância e a Adolescência.....	00
15.1. Políticas Públicas e Princípio da Prioridade Absoluta .....	00
15.2. Características da Política de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente .....	00
15.2.1. Pressupostos: Rede e Oferta Regular.....	00
15.2.2. Linhas de Ação das Políticas Públicas para a Infância e a Juventude .....	00
15.2.3. Diretrizes das Políticas Públicas para a Infância e a Juventude .....	00
16. Aspectos Especiais das Políticas Públicas para a Infância e a Adolescência	
16.1. Políticas Públicas de Alta Prioridade: A Primeira Infância.....	00
16.2. Políticas Públicas de Acolhimento: Linhas de Ação e Diretrizes .....	00
16.2.1. Diretrizes para a Política Pública de Acolhimento.....	00
16.2.2. Acolhimento Familiar: Política Pública Preferencial em Relação ao Acolhimento Institucional .....	00
16.2.3. Obrigações das Entidades que Desenvolvem Programas de Internação Aplicáveis às que Desenvolvem Acolhimento.....	00

PARTE IV – MEDIDAS PROTETIVAS.....	00
17. Fundamentos para a Aplicação das Medidas de Proteção .....	00
17.1. Pressuposto: Situação de Risco.....	00
17.2. Princípios .....	00
17.2.1. Princípios Regentes: Princípio das Necessidades Pedagógicas e Princípio da Adequação .....	00
17.2.2. Princípios Gerais.....	00
18. Medidas Protetivas Diretas Não Restritivas de Convívio Familiar .....	00
18.1. Características das Medidas Protetivas Diretas Não Restritivas de Convívio Familiar.....	00
18.2. Medidas Protetivas Não Restritivas de Convívio Familiar .....	00
18.2.1. Encaminhamento aos Pais ou Responsável, Mediante Termo de Responsabilidade (art. 101, I, ECA) .....	00
18.2.2. Orientação, Apoio e Acompanhamento Temporários (art. 101, II, ECA).....	00
18.2.3. Matrícula e Frequência Obrigatórias em Estabelecimento Oficial de Ensino Fundamental (art. 101, III, ECA) .....	00
18.2.4. Inclusão em Serviços e Programas Oficiais ou Comunitários de Proteção, Apoio e Promoção da Família, da Criança e do Adolescente (art. 101, IV, ECA) .....	00
18.2.5. Requisição de Tratamento Médico, Psicológico ou Psiquiátrico, em Regime Hospitalar ou Ambulatorial (art. 101, v, ECA) .....	00
18.2.6. Inclusão em Programa Oficial ou Comunitário de Auxílio, Orientação e Tratamento a Alcoólatras e Toxicômanos (art. 101, VI, ECA) .....	00
18.2.7. Medida de Regularização do Registro Civil .....	00
19. Medida Protetiva Direta Restritiva de Convívio Familiar: Acolhimento.....	00
19.1. Aspectos Fundamentais das Medidas Protetivas de Acolhimento Institucional e Familiar .....	00
19.2. Diferenças entre Acolhimento Institucional e Familiar .....	00
19.3. O Tempo, o Acolhimento e o (Sub)desenvolvimento .....	00
19.3.1. Fundamentos .....	00
19.3.2. Prazos e Duração Razoável do Processo.....	00
20. Aspectos Gerais da Medida Protetiva de Colocação em Família Substituta .....	00
20.1. Os Pressupostos ou Elementos Constitutivos da Família, a Preparação e a Busca por uma Família Substituta .....	00
20.2. Critérios para Integração em Núcleo Familiar .....	00

20.3. Da Preponderância do Critério Subjetivo de Relação: Afeto e Afinidade .....	00
20.4. Colocação de Criança ou Adolescente Indígena ou Quilombola em Família Substituta .....	00
20.5. O Compromisso da Família Substituta com a Proteção Integral .....	00
21. Espécies de Medidas Protetivas de Colocação em Família .....	00
21.1. Guarda .....	00
21.2. Tutela .....	00
21.3. Adoção .....	00
21.3.1. Disciplina Legal, Conceito, Natureza e Características .....	00
21.3.2. Princípio da Isonomia Filial .....	00
21.3.3. O Princípio do Melhor Interesse na Adoção .....	00
21.3.4. Pressupostos .....	00
21.3.5. Requisitos e Vedações para a Adoção .....	00
21.3.6. Situações Particulares .....	00
21.3.7. Cadastro .....	00
21.3.8. Estágio de Convivência .....	00
21.3.9. Direito à Informação .....	00
21.3.10. Adoção Internacional .....	00
22. Medidas que Recaem sobre Adultos e Instituições .....	00
22.1. Medidas Aplicáveis aos Pais ou Responsável .....	00
22.1.1. Medidas Pertinentes Aplicáveis aos Pais ou Responsável pelo Conselho Tutelar e pelo Juiz .....	00
22.1.2. Medidas Pertinentes Aplicáveis aos Pais ou Responsável de Competência Exclusiva do Juiz de Direito da Infância e da Adolescência (art. 129, VIII a X, ECA) .....	00
22.2. Medidas Aplicáveis ao Poder Público, seus Agentes e Instituições .....	00
22.3. Sociedade, Comunidade, suas Instituições e Indivíduos .....	00
22.4. As Medidas Protetivas de Urgência Previstas na Lei nº 11.340/2007 e sua Aplicabilidade em Geral .....	00
22.5. O Artigo 18-B do ECA e sua Aplicabilidade .....	00
Bibliografia .....	00
Sobre o Autor .....	00

## AGRADECIMENTOS

Criar um curso de direito da infância e da adolescência envolve um desafio em especial, que decorre de sua interdisciplinariedade. As relações desse tema com outros ramos do direito e campos diversos do saber não permitem que o autor imagine, nem remotamente, que conseguirá escrevê-lo sem a ajuda de profissionais de outros âmbitos da vida e da sociedade contemporâneas. Já ao escrever as primeiras páginas, senti a carência dos conhecimentos das demais ciências, e da expertise de quem há anos trabalha com o tema. Por isso, agradeço imensamente a todos aqueles que não hesitaram em me atender, sanar minhas dúvidas e esclarecer minhas questões. Desde um telefonema até reuniões de trabalho, dezenas de profissionais que me atenderam com desprendimento e boa vontade.

Registro, inicialmente, a sempre presente disposição em ajudar de todos os profissionais do setor técnico da justiça estadual da comarca de São Carlos-sp, aos quais agradeço em nome da psicóloga judiciária Fernanda Tomé Marleta e da assistente social judiciária Sabrina Renata de Andrade. Muito obrigado, também, aos advogados Thaís Nascimento Dantas e Guilherme Périssé, que sempre me atenderam pronta e pacientemente, e em nome de quem agradeço ao Instituto Alana; à Fundação Maria Cecília Souto Vidigal; à Coordenadoria da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça de São Paulo; ao Instituto Max Planck, em Freiburg, ao qual agradeço em nome do pesquisador Cléssio de Moura Souza; aos amigos e professores de direito financeiro José Maurício Conti (juiz de direito e professor da Faculdade de Direito da USP) e Gabriel Lochagin (professor da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da USP); aos amigos e professores da FDRP-USP Eduardo Saad Diniz (direito penal e

criminologia), Jair Aparecido Cardoso (direito e processo do trabalho) e Thiago Mar-  
rara (direito administrativo); à professora Monica Herman Salem Caggiano, diretora  
da FDRP-USP, que não titubeou em apoiar o projeto; à professora Marina Rezende  
Bazon, do Departamento de Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras  
de Ribeirão Preto da USP, sempre atenciosa e pronta a ajudar; à médica pediatra  
Robertta Kelly Marques Ferreira (especialista em gastroenterologia e hepatologia  
pediátrica do HC-Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da USP, e voluntária em  
programas de acolhimento institucional), que contribuiu com relevantes conheci-  
mentos sobre os prejuízos da institucionalização no desenvolvimento de crianças e  
adolescentes; à médica pediatra e legista fluminense Adriane Rêgo, professora da  
Faculdade de Medicina da UNIGRANRIO, por suas inestimáveis contribuições na área  
de violência contra crianças e adolescentes e sexologia forense; à médica e professora  
do Departamento de Medicina Social da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto  
da USP, Luciane Loures dos Santos, minha colega nas aulas da disciplina Medicina  
de Confinamento; à aluna de graduação da FDRP-USP, Alice Moras Carpinetti, jovem  
possuidora de invejável competência e capacidade, que contribuiu valorosamente  
para desvendar o panorama do direito comparado da infância e juventude; ao juiz  
do trabalho da 1ª Vara do Trabalho de Piracicaba, Firmino Alves Lima, de quem  
recebi importantes informações sobre trabalho infantil; aos professores da Univer-  
sidade Federal de São Carlos, meus estimados amigos Elenice Maria Cammarosano  
Onofre (Departamento de Teorias e Práticas Pedagógicas) e João Virgílio Tagliavini  
(Departamento de Educação da UFSCAR).

## INTRODUÇÃO

Este livro foi produzido no âmbito do Programa de Incentivo à Produção de Livros Didáticos para a Graduação da USP, sob a regência da Pró-reitoria de Graduação (PRG) e da Editora da USP (Edusp). Tão logo o projeto foi selecionado e aprovado, surgiram um alento e percepções sobre o desafio que aguardava a mim e a todos os que participaram dessa caminhada.

Foi e é alentador saber que a preocupação de construir um curso com este tema chegou à mais elevada instância que rege os cursos de graduação na USP. Apesar do mandamento constitucional de prioridade absoluta, o direito da infância e adolescência não é, até hoje, disciplina obrigatória nos cursos de graduação. Com a presente iniciativa da PRG, fortalece-se a esperança de que essa omissão seja sanada.

A primeira percepção de desafio que tivemos foi em relação à singularidade da tarefa: a exigência de uma produção com didática própria para a graduação em direito. Tentamos nos desincumbir dessa missão empregando o método que adiante será exposto.

Ainda, em termos didáticos, não se poderia desprezar a hipótese de que a obra pudesse servir como material de consulta para outros cursos de graduação (não jurídicos) e profissionais que não são da área do direito, mas atuam no campo da infância e da adolescência, inclusive aquelas(es) na rede de proteção infanto-adolescente. Nesse aspecto, sempre existe uma dificuldade para quem não é da área do direito, porque a linguagem jurídica é muito particular. Aliás, não é por outra razão que os cursos de graduação em direito possuem uma disciplina denominada linguagem jurídica. Embora essa obra não fuja à regra (é um livro de direito, que

usa a linguagem jurídica), procuramos ao máximo escrever de uma forma que pudesse ser lida por graduandos e profissionais de outros campos que não o direito.

A segunda percepção foi do grau de complexidade do tema, o que percebemos já nos primeiros dias de trabalho. Uma das principais características do processo de ensino-aprendizagem do direito contemporâneo é a interdisciplinariedade. Entretanto, no campo específico do direito da infância e da adolescência, essa característica se potencializa. E isso se deve à relação estreita desse sistema jurídico com o desenvolvimento humano, questão de uma complexidade que dispensa explicações. A todo momento, o direito da infância e da adolescência dialoga com os demais ramos do conhecimento relacionados ao desenvolvimento humano. Isso significa que o graduando e o jurista terão que buscar saberes externos à sua zona de conforto, ou terão dificuldades para obter um bom desempenho, tanto na aprendizagem como na prática jurídica.

Justamente em razão dessa complexidade não tivemos a pretensão esgotar o tema. E, com isso, nos afastamos de certa tradição manualística que se esforça para prever todas as hipóteses de situações jurídicas e suas possíveis consequências, antecipando-se aos imponderáveis casos que podem surgir, e dando a eles soluções abstratas. Ao mesmo tempo, deixamos parte da tarefa de aprendizagem ao graduando, incentivando-o a buscar ativamente o saber.

Não foi, tampouco, objeto de nossa preocupação expor temas jurídicos que já devem ter sido ensinados àquele que cursa direito. O direito da infância e da adolescência, devido aos aspectos mencionados, pressupõe que o aluno tenha passado por diversas outras disciplinas, nas quais adquiriu os conhecimentos necessários para compreender a variedade de temas que se relacionam a esse campo jurídico. Dito de outro modo: não foi nossa intenção ensinar novamente o que já foi ensinado na graduação em direito. Partimos do pressuposto de que o graduando já detém os conteúdos de direito de família, administrativo, constitucional etc. Excepcionalmente, em alguns poucos casos, revisitamos temas dessas disciplinas anteriores da graduação – e, assim mesmo, somente quando julgamos necessário reavivar a memória ou jogar a luz do direito protetivo sobre determinado assunto.

Terminologicamente, nosso tema é chamado com frequência de *direito da infância e da juventude*. Trata-se de denominação histórica que tem resistido às mudanças, inclusive constitucionais, pois juventude não equivale a adolescência; apenas designa o jovem. E este já conta com diploma normativo próprio: a Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013, que instituiu o Estatuto da Juventude, estabelecendo que são consideradas jovens as pessoas com idade entre 15 e 29 anos (art. 1º, § 1º). Note-se, contudo, que o próprio Estatuto da Criança e do Adolescente utiliza a expressão infância e juventude em diversas passagens; ademais, muitos tribunais estaduais ainda a utilizam. Apesar de ainda persistir o uso oficial do termo *infância e juventude*, a expressão correta é *infância e adolescência*. Assim, usaremos a expressão *infância e juventude* eventualmente, para referirmo-nos a órgãos, instâncias ou normativas que ainda a adotam. Também usaremos o termo *infanto-adolescente*, e não *infanto-juvenil*.



Percebeu-se, afinal, que a academia se ressentia da ausência de um curso de direito da infância e da adolescência, com metodologia e pedagogia próprios. Vejamos, então a metodologia e o recorte que usamos.

## METODOLOGIA

Alguns aspectos importantes diferenciam o trabalho, do ponto de vista metodológico. Para começar, ele se afasta da praxe literário-editorial que consiste em comentar artigo por artigo do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Também realizamos o esforço de sistematizar os conhecimentos, relacionando-os uns aos outros de forma hierárquica e orgânica. Isso será melhor compreendido na justificativa adiante e no desenvolvimento do curso; mas podemos expor sucintamente o enredo dessa sistematização, ou como foi construído o discurso. A partir da normativa internacional passamos à nacional; nesta, estão os princípios e as pautas interpretativas próprias do direito da infância e da adolescência, que são expostas para que se possa passar ao estudo dos sujeitos protegidos, daqueles que os protegem, e dos direitos fundamentais distribuídos aos protegidos conforme sua condição peculiar de pessoas em desenvolvimento. Só então passamos ao que garante esses direitos fundamentais: as políticas públicas e as medidas protetivas.

Foram empregadas neste curso algumas ferramentas pedagógicas que estimulam o aluno a ser mais ativo na busca do saber, como as seções *Você Sabia?*, *Fique Atento* e *Atividade*, que fecham os capítulos. Nelas, fizemos algumas provocações para instigar o leitor a ir mais adiante em busca de conhecimento. Outras vezes, ao propor a *Atividade*, estimulamos os graduandos a se inteirar sobre os contextos infanto-adolescentes reais da cidade onde vivem e, até mesmo, a interagir com a rede de proteção.

Ao final de cada capítulo, podem ser encontrados ainda textos para leitura complementar, que também incitam à curiosidade e à busca ativa do saber.

As metodologias que convidam o estudante à ação, na descoberta do saber, são consagradas pela pedagogia e auxiliam bastante na formação dos conhecimentos, no desenvolvimento da capacidade crítica e na inovação profissional propositiva<sup>1</sup>.

A obra também apresenta resumos de cada capítulo, com esquemas que relacionam as principais ideias expostas. É um método importante para a fixação de conteúdos.

1. São referências dessas metodologias: 1) a aprendizagem baseada em problemas (ou PBL, sigla de *problem based learning*, nome original anglo-saxão), aplicada inicialmente ao campo das ciências da saúde e cada vez mais presentes no ensino do direito; 2) o método do caso (ou *case method*, desenvolvido ao longo do século XX na Faculdade de Direito de Harvard), com diálogos que estimulam o aluno a complementar as ideias expostas pelo professor; 3) no Brasil, o método aplicado na Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da USP para as dez disciplinas denominadas Laboratório.

Também recorreremos frequentemente a exemplos que auxiliam o leitor a formar representações concretas das situações expostas de forma abstrata.

Quanto às citações que o leitor encontrar no corpo paginado texto, elas foram destacadas porque entendemos que são mais relevantes do que aquelas realizadas nas notas de rodapé. As diversas obras estrangeiras citadas receberam tradução livre do autor.

O conjunto de recursos que empregamos nos dá esperanças de conseguirmos atingir a didática a que nos propusemos.

Conforme dito antes, essa obra tem um recorte.

## JUSTIFICATIVA

O presente livro trata dos aspectos básicos do direito da infância e da adolescência. Após seleção e aprovação a proposta, conforme edital, seguimos o cronograma e o projeto, que originalmente previa outras três partes além desta, com os temas processo e procedimentos protetivos, direito socioeducativo (material e processual), e direito repressivo. Todavia, já nas primeiras semanas de execução do trabalho percebemos que a obra ultrapassaria facilmente mil páginas. Assim, em conjunto com a PRG, resolvemos que livros sobre os outros três grandes temas do direito da infância e da adolescência serão produzidos oportunamente. Aguardemos, portanto, essas obras.

Este livro se divide em quatro partes interligadas: bases do direito da infância e da adolescência; direitos fundamentais; políticas públicas; e medidas protetivas. Esse recorte justifica-se pelo fato de que, seja qual for a questão, tema, divisão ou subdivisão do direito da infância e da adolescência, tais aspectos básicos serão necessariamente pertinentes e estarão presentes, sob pena de grave retrocesso. Assim, por exemplo, não se imagina uma questão socioeducativa que não tenha em perspectiva, ao mesmo tempo, que o adolescente autor de ato infracional está protegido por uma normativa internacional, constitucional e legal, esteve e/ou está carente de proteção, de medidas protetivas, sem acesso aos direitos fundamentais, e que tampouco foi efetiva e suficientemente alcançado por políticas públicas.

O marco inicial deste trabalho é a base normativa internacional. O primeiro capítulo é dedicado a ela. A partir dela, e do contexto da redemocratização no Brasil, criaram-se condições favoráveis para a incorporação, às normas constitucionais brasileiras, dos paradigmas de proteção integral ao direito da infância e da adolescência. Sem o movimento internacional que erigiu normas garantistas para a criança e o adolescente no século xx, essas pessoas em condição peculiar de desenvolvimento não teriam sido categorizadas como sujeitos de direito.

O segundo capítulo analisa os dispositivos de índole constitucional e as etapas jurídicas que tiveram de ser atravessadas para que chegássemos à doutrina da proteção integral.

A dignidade normativa constitucional tem como essência *valores e princípios*. É por isso que o terceiro e o quarto capítulos se dedicam, respectivamente, ao estudo das pautas interpretativas do direito da infância e da adolescência e de seus princípios gerais. Ambos – diretrizes de interpretação e princípios – são indispensáveis para a compreensão de qualquer situação jurídica no tema infanto-adolescente.

Até esse ponto da obra, ao mesmo tempo ensina-se e constrói-se progressivamente a compreensão de que o direito da infância e da adolescência é um sistema jurídico funcionalizado pela proteção integral que é devida a crianças e adolescentes. E estes, por sua vez, recebem proteções especiais conforme suas situações particulares de vulnerabilidade. Por conseguinte, no quinto capítulo, estudamos esses sujeitos, suas características e categorias especiais.

Expomos, no capítulo seguinte, quem deve protegê-los. Ou seja, primeiro apresentamos quem deve ser protegido e em seguida quem deve proteger. As entidades protetoras são apresentadas conforme constam na Constituição Federal e no ECA: família, Estado, poder público, sociedade em geral e comunidade.

Entre os entes protetores, existem três que possuem características intrinsecamente políticas, seja porque são eleitos pelos cidadãos, seja porque são compostos paritariamente por representantes da sociedade e do poder público, seja porque dispõem sobre as políticas públicas para infância e adolescência, ou ainda, porque executam essas políticas conforme ações e diretrizes gerais (e portanto, com certa margem para manobras, disposições, adequações e discricionariedade). Dedicamos o sétimo e último capítulo da primeira parte às entidades protetoras de natureza política.

Como consequência do *status* de sujeitos de direito e do respectivo sistema pelo qual estão protegidos, o passo seguinte consistiu em estudar os direitos fundamentais desses sujeitos. Não se trata de direitos fundamentais diferentes dos demais cidadãos, e sim os mesmos, mas distribuídos e compreendidos sob o prisma de que devem ser efetivados em favor de pessoas em condição peculiar de desenvolvimento.

Ao longo de sete capítulos, são expostos os direitos fundamentais relacionados no artigo 227 da CF e no artigo 4º do ECA. A esses direitos fundamentais acrescentamos o direito à prevenção, ao qual dedicamos o último capítulo da segunda parte. Embora tal direito não esteja expressamente consignado como fundamental nos artigos já citados, ele é claramente essencial ao desenvolvimento de crianças e adolescentes. Ademais, a prevenção é o objeto exclusivo do Título III da Parte Geral do ECA.

Os conteúdos da terceira e da quarta partes deste livro tratam dos mecanismos assecuratórios não judiciais dos direitos fundamentais, isto é, aquilo que os realiza, repara ou impede que sejam afetados. Por isso, na terceira parte estudamos as políticas públicas para a infância e a adolescência, e, na quarta, as medidas protetivas.

As políticas públicas para a infância e a adolescência representam as ações e os processos realizados pelo poder público que efetivam a previsão abstrata de direitos fundamentais em favor de um universo indeterminado de crianças e adolescentes.

Foram tratados aspectos gerais e especiais das políticas públicas, em capítulos distintos (15 e 16). O recorte desse estudo obedeceu ao parâmetro legal. Dentre os aspectos gerais, a partir do ECA, são analisadas as diretrizes e linhas de ação das políticas públicas. Quanto aos aspectos especiais das políticas públicas infanto-adolescentes, o ordenamento jurídico dá expressa disposição especial a dois campos: a primeira infância e o acolhimento. São temas nos quais o legislador identificou uma vulnerabilidade singular, merecedora de trato especial.

As políticas públicas, elas mesmas, não são suficientes para evitar que crianças e adolescentes tenham seus direitos lesados ou ameaçados. A par delas, são indispensáveis as medidas protetivas. Essa é a razão de ser da quarta parte deste livro.

Iniciamos a última etapa tratando de um tema básico do direito da infância e da adolescência: a situação de risco. É essencial para o jurista entender seu conceito e delimitar seu alcance, pois a situação de risco é pressuposto para a aplicação de qualquer medida protetiva.

Além de ter esse pressuposto, a medida protetiva deve obedecer a determinados princípios ao ser aplicada. Assim, o capítulo que inaugura a quarta parte dedica-se à situação de risco e aos princípios que regem a aplicação de medidas protetivas.

Nos capítulos seguintes, estudamos os tipos de medidas protetivas, que podem ser diretas (recaindo imediatamente sobre crianças e adolescentes) ou indiretas (recaindo mediamente sobre terceiros). As medidas protetivas diretas podem: a) não restringir o convívio familiar (capítulo 18); b) restringir ou impedir esse convívio (capítulo 19); e c) criar um novo convívio familiar (capítulos 20 e 21).

No último capítulo desta última parte, são estudadas as medidas que recaem sobre terceiros: os pais ou responsável, as instituições do poder público e seus agentes, e aqueles que praticarem violência contra crianças e adolescentes.

Ao final das quatro partes, ficamos com a firme expectativa de que consigamos levar aos alunos de graduação – e a quem mais se interessar – os temas jurídicos básicos da infância e da adolescência, bem como instigá-los a querer saber mais.

Bom curso e boa leitura.

LANÇAMENTO 2020

# JÁ DISPONÍVEL

LIVRARIA VIRTUAL

[www.edusp.com.br/loja](http://www.edusp.com.br/loja)

LIVRARIAS

[www.edusp.com.br/livrarias](http://www.edusp.com.br/livrarias)

INFORMAÇÕES

Divulgação Edusp

[divulga@usp.br](mailto:divulga@usp.br)

